

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM  
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

---

O PLANEJAMENTO LOCAL INTEGRADO E O ESTUDO PRELIMINAR DE WIT-OLAF PROCHNIK  
PARA O RECIFE

Cecilia Ribeiro (UFPE)

## **O Planejamento Local Integrado e o Estudo Preliminar de Wit-Olaf Prochnik para o Recife**

Neste artigo são abordados o conceito de planejamento local integrado e suas influências, bem como a metodologia e os instrumentos de planejamento difundidos e financiados pelo SERFHAU. O planejamento local integrado contemplava quatro setores de estudos: o físico, o social, o econômico e o institucional que deveriam estar integrados horizontal e verticalmente. Para tanto, foi utilizado como objeto de estudo um desses instrumentos disponibilizados pelo SERFHAU, o Estudo Preliminar (EP), que foi elaborado para o Recife, em 1970, pela empresa de consultoria arquiteto carioca Wit-Olaf Prochnik. Esse arquiteto circulou entre os profissionais pernambucanos desde a década de 1950 até o final da década de 1970, portanto, participava do ambiente do planejamento local e até então não teve nenhum de seus trabalhos levantados e estudados. O que se pretende, então, é verificar e entender em que medida o EP elaborado para o Recife tinha correspondências com as diretrizes estabelecidas pelo SERFHAU e com as questões prementes no planejamento local integrado, em voga na década de 1960.

## 1. O Planejamento Local Integrado e a metodologia do SERFHAU

O Planejamento Local Integrado foi difundido no Brasil pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) a partir de sua regulamentação pelo Decreto nº 59.917, de 30 de dezembro de 1966.<sup>1</sup> Esse planejamento deveria concretizar ou objetivar o desenvolvimento nacional, regional e das cidades, além das reformas institucionais necessárias dos governos municipais para fazer frente aos novos padrões de crescimento econômico e de racionalidade da administração pública.<sup>2</sup>

O planejamento local integrado compreendia, nos níveis regional e municipal, os aspectos econômico, social, físico e institucional. Seu escopo era bem mais amplo que o planejamento do crescimento das cidades em termos físicos. Seus objetivos incluíam o equipamento social, as previsões necessárias à evolução econômica e, finalmente, já no setor da administração municipal, previa os instrumentos jurídicos e institucionais indispensáveis à implantação do plano e os mecanismos necessários à execução de suas diretrizes.

Na definição do planejamento local integrado, fica claro que o termo “integrado” indicaria a abordagem dos quatro setores: físico, social, econômico e institucional, e a integração deles entre si e aos planos de níveis estadual, regional e federal. Já o termo “local”, contemplaria o território municipal e serviria para identificar um planejamento que beneficiaria os municípios brasileiros, considerando questões locais e regionais em sua abordagem. Por conta da dimensão institucional, esse tipo de planejamento objetivar-se-ia na ação municipal, dentro de um território definido. O diagnóstico dos problemas regionais deveria ser levado em conta, já que o local não podia, no nível técnico, prescindir da abordagem regional e metropolitana, embora a ação se voltasse para o território municipal. Então, a integração era resolvida no nível técnico, e não no institucional.

Esse planejamento propalado pelo SERFHAU marcou uma mudança das idéias de planejamento difundidas até então. Do plano físico territorial se parte para um plano mais amplo que contemplasse outras dimensões da realidade. Dentro do plano local integrado o planejamento físico é entendido como um setor a ser contemplado por um planejamento maior, integral, e não como um sistema independente como foi proposto, por exemplo, no *Seminário de Reforma Urbana* em 1963 em que foi feita uma proposta de um *Plano Nacional Territorial* para difundir o “*desenvolvimento físico e social integrado e orgânico das diversas*

*regiões do país*”.<sup>3</sup> Nesse caso, a questão social estava embutida na possibilidade do acesso à terra urbana por todos como um fim ou como objetivo final a ser alcançado, e não uma questão a ser equacionada em termos institucionais ou gerenciais.

Havia uma preocupação com fatores sociais e econômicos presente no planejamento urbano desde a década de 1950, mas esses não eram tratados como setores a serem contemplados por esse planejamento. Já o setor administrativo ou institucional que passou a figurar na década de 1960, só ganhou força no período de 1965 a 1967, com a implantação da política federal de planejamento integrado.

Alguns arquitetos, como Francisco Whitaker Ferreira, Helio Modesto e Harry Cole, discutiram o planejamento integrado em textos assinados na revista *Arquitetura*, publicação do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB). Ferreira (1966; p. 5-13) já defendia que o planejamento físico, deveria ser abordado dentro de uma visão de planejamento global. Para ele, a organização do espaço físico seria a transformação da paisagem natural em paisagem cultural, mais propícia às necessidades humanas, e isso implicava discriminar usos, construir e recompor os elementos que constituem o mundo físico. Mas adiantou que a organização do espaço físico não deve deixar de considerar uma ação mais ampla, na qual medidas de natureza econômica, política e administrativa se combinam e se completam.

Modesto (1968; p.19-20) defendeu que a *School of Planning and Research for Regional Development* de Londres desempenhou um importante papel na evolução do planejamento. Segundo o autor, nela eram defendidos princípios que poderiam ser resumidos em três elementos: a Aproximação Global, a Integração e o Conhecimento. A Aproximação Global porque os problemas urbanos não podiam ser resolvidos apenas dentro de seus limites administrativos. A Integração porque era necessário considerar a região em que se situa e seus aspectos físicos, econômicos, sociais e administrativos, os quais devem ser considerados em um mesmo plano de importância, não devendo nenhum se sobrepor ao outro e, também, estar relacionados com os demais níveis de governo. E o último, o Conhecimento, porque tratava dos aspectos da vida da comunidade, considerados indispensáveis bem como as inter-relações de todos os setores.

Já Harry Cole<sup>4</sup> (1967; p.12) afirmou que várias experiências e idéias “de caráter teórico” no campo do planejamento local integrado, em cidades como Recife,<sup>5</sup> São Paulo, Belo Horizonte

e Curitiba teriam antecedido a política nacional de planejamento integrado. Esse arquiteto foi o responsável pela promoção do planejamento no período de maior prestígio da autarquia como superintendente do SERFHAU, <sup>6</sup> de 1967 a 1968, e participou, inclusive, da equipe de estudos que preparou o Decreto 59.917 em 1966 que a regulamentou.

Em sua atuação à frente da autarquia, Cole também defendeu a valorização profissional do planejador, com a formação de um mercado no Brasil. Era contra a contratação de técnicos estrangeiros para elaborarem planos para as cidades brasileiras. O que ele apoiava era a contratação desses técnicos, vindos de “*centros mais avançados*”, para colaborarem na formação de técnicos brasileiros e na elaboração de uma tecnologia mais adequada ao Brasil.

As bases do planejamento “integrado” ou “compreensivo” teriam sido influenciadas, segundo Ghivelder<sup>7</sup>, pelo planejamento inglês. Para ele, “*a metodologia preconizada (na realidade, obrigatória) pelo SERFHAU (...), era uma importação da metodologia desenvolvida na Inglaterra nos anos 50 (e exportada para todo o mundo), inicialmente no planejamento integrado ‘development plan’ das New Towns, e depois estendido a outras situações urbanas, como Londres, Manchester, Liverpool, etc...*”.

A tentativa de adaptação de modelos, técnicas e metodologias importados para a formulação do planejamento em questão, visava corrigir as distorções causadas pelo progresso desnivelado das diversas regiões em nosso território, reforçar as estruturas urbanas das comunidades e evitar o êxodo da população rural para as grandes áreas metropolitanas. Para isso, o SERFHAU firmou convênio com a Universidade de Edimburgo (Escócia) e a Organização dos Estados Americanos (OEA), além de ter trazido diversos profissionais renomados de diversas áreas para o Brasil, como os urbanistas Percy Johnson-Marshall e Jean Labasse e os geógrafos Michel Rochefort, John Friedam, Brian Berry e John Peter Cole.

O convênio com a Universidade de Edimburgo foi firmado em 1970. A colaboração visava à implantação da política de desenvolvimento local integrado, com a concessão de bolsas de estudo e treinamento de técnicos brasileiros no exterior, além da vinda de técnicos ingleses ao Brasil para dar treinamento (MINTER, 9/1971; p.46).

O Diretor do Departamento de Desenvolvimento Urbano da Universidade de Edimburgo, Percy Johnson-Marshall, <sup>8</sup> em visita ao Brasil foi chamado de “inimigo das cidades grandes”

em artigo no Boletim Informativo do SERFHAU (MINTER, 9/1970; p.28). Nesse mesmo artigo, aconselha os urbanistas brasileiros a dar preferência ao planejamento de cidades menores e isoladas.

Já a divisão de Desenvolvimento Urbano do Departamento de Assuntos Sociais da OEA, tinha como missão realizar uma cooperação para o desenvolvimento da América Latina, inclusive com a realização de cursos e seminários dirigidos aos técnicos da área governamental. Desse modo, foram montadas equipes em quatro regionais operacionais, com sedes no Rio de Janeiro, Cidade do México, Lima e Buenos Aires. No Brasil, a equipe técnica foi instalada na sede do SERFHAU e era composta por Marco Antonio Cuervas, que era o chefe da equipe, Francisco Echegaray e Reinaldo Posada.

Desta forma, os conceitos e a aplicação do planejamento local integrado foram moldados pelo SERFHAU durante a sua atuação. Para isso, contou, inclusive, com a participação de técnicos estrangeiros que vinham para colaborar na estruturação da autarquia, como também na formação de um profissional brasileiro, o que acabou contribuindo para a definição de um espaço ou a reserva de um espaço destinado aos profissionais do planejamento, estando nele inseridos não só arquitetos, mas também sociólogos, economistas, advogados, dentre outros.

Na metodologia de planejamento disseminada pelo SERFHAU, estava em pauta o conceito de local integrado. Eram disponibilizados seis instrumentos de planejamento e o financiamento poderia ser concedido para o Estudo Preliminar (EP), o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), bem como para o Cadastro Técnico Municipal (CTM), o Plano de Ação Integrada (PAI), o Distrito Industrial (D.IND.), ou o Plano de Desenvolvimento Integrado Região Metropolitana (PDIRM).

A partir da análise da tabela abaixo, pode-se constatar uma intenção de beneficiar todos os níveis e tipos de planejamento: municipal, microrregional e metropolitano com o item “Políticas”, ou seja, todos os instrumentos deveriam contemplar os quatro setores com uma visão mais abrangente, com o tratamento das suas diretrizes de maneira global, quantitativa e qualitativamente. Além disso, deveria atingir de maneira específica para cada instrumento, estratégias diferenciadas para cada setor, incluindo estratégias de prazos e recursos. E o PDLI seria o instrumento mais completo porque teria os quatro setores beneficiados pelo

estabelecimento de ações em curto prazo. O Estudo Preliminar (EP) foi beneficiado com ações em curto prazo apenas pelo setor institucional ou administrativo.

**Tabela - Programas e Projetos Integrados do SERFHAU**

Nível	Instrumentos	Políticas*	Programas ** (setores abrangidos)				Projetos***
			Admin.	Físico	Social	Econômico	
Municipal	EP	x	x				X...
	PAI	x	x	x	x		XX...
	PDLI	x	x	x	x		XXX...
						X	
Micro-Reg.	PMRDI	x	Informais, dependendo da estruturação industrial das microrregiões				XXXX...
Metrop.	PMDI	x	Só a partir da estruturação adm. Metropolitana	Uso do solo, Transporte e Infra-estrutura			XXXXX...
						X	
<b>EXEMPLOS</b>		Política de uso de Solo, de desenv. Industrial, Política Trib., etc.	Orç. Progr.; Orç. Plurianual de investimento; Plano de Ação Local	Plano Diretor FísicoTerritorial, Plano de Tráfego, etc.	Programas de Educação, Abastecimento etc.	Programas Industriais, de crédito, etc.	Proj. Hídricos, Arquitetônicos, de Engen. Urbana, Sistemas Urbanos, etc.

Fonte: MINTER, 12/1973; p.4.

\*Políticas - Em nível local, na hierarquia interna do processo de planejamento, política se refere à visão mais abrangente quanto ao desenvolvimento urbano e local. São os planos globais, traduzidos no cotejo das diretrizes (qualitativas e quantitativas) e da estratégia (prazos e recursos).

\*\*Programas - Referem-se à fase intermediária do planejamento. Tratam de ações setoriais a curto prazo.

\*\*\*Projetos - São os instrumentos das políticas estabelecidas, fechando assim a lacuna existente entre as diretrizes gerais de obras e serviços.

A abordagem do setor institucional com ações em curto prazo atingia a todos os instrumentos, como consta na tabela. Essa intenção revela uma preocupação no estabelecimento de um ordenamento das administrações municipais, de maneira que se possibilitasse um melhor funcionamento e aproveitamento das receitas municipais. Os projetos que deveriam acompanhar os instrumentos de planejamento são indicados na tabela como sendo instrumentos “reais” das políticas e tinham um volume ou maior quantidade de acordo com abrangência desse instrumento.

O planejamento urbano promovido pelo SERFHAU foi desenhado de modo a ser aplicado por distintos níveis de governo e em todo o território nacional, mas privilegiou o municipal por questões institucionais, mas, sem prescindir da abordagem metropolitana e regional.

## **2. Coordenação Regional do SERFHAU e o Estudo Preliminar do Recife**

O SERFHAU mantinha, em sua estrutura, quatro Coordenações Regionais, localizadas em Brasília, Belém, Porto Alegre e Recife, uma Subchefia de Gabinete no Estado da Guanabara e oito Delegacias Estaduais no Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belém, Natal, Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis, São Paulo e Goiânia.

A Coordenação Regional do SERFHAU no Recife foi exercida pelo arquiteto Paulo Vaz até 1971, quando ele foi substituído por Evanildo Araújo. A função do Coordenador Regional do Recife era a de “*vender plano*”, ou seja, fazer com que os prefeitos nordestinos entendessem a necessidade dos planos e do suporte técnico oferecidos aos municípios, por meio de financiamento do SERFHAU.<sup>9</sup> A escolha dos técnicos ou das empresas de consultoria para a elaboração de planos e estudos era feita pela própria administração da prefeitura, mediante consulta ao cadastro da autarquia.

No caso do Estudo Preliminar (EP) para o Recife, a Coordenação Regional só atuou depois da “venda” da idéia do plano que foi negociada diretamente com a sede do SERFHAU no Rio de Janeiro. Essa peculiaridade se deve ao fato de que Geraldo Magalhães já ter feito uma consulta ao cadastro do SERFHAU em viagem ao Rio de Janeiro, antes mesmo de ser indicado à prefeitura em 1969, pelo então governador Nilo Coelho, e ser eleito através do voto indireto.<sup>10</sup> Nessa consulta inclusive, foi definido o nome do arquiteto carioca Wit-Olaf Prochnik<sup>11</sup>, que já atuava no Recife desde a década de 1950. Foi feito então um acordo de risco para que este, de imediato, começasse a elaborar o EP.

Com o trabalho iniciado, antes de qualquer acordo formal ou de efetivação do contrato, Prochnik elaborou, juntamente com o Escritório Técnico da Prefeitura<sup>12</sup> e o Detran, o *Sistema Básico de Circulação de Veículos*.<sup>13</sup> Tal fato pode ser comprovado por notas e artigos do Diário Oficial, os quais relatam a ida de técnicos da Prefeitura ao Rio de Janeiro para “levar dados”, como também fazem referências a Prochnik e ao PDLI. Foi relatada também a ida de Assessores e Secretários da Prefeitura à Câmara de Vereadores para fazer explanações sobre



“vários detalhes do Plano”, tudo isso, antes mesmo de ser firmado o contrato com o SERFHAU.<sup>14</sup>

O contrato entre a Prefeitura e o SERFHAU foi firmado em março de 1970 em uma nova viagem de Geraldo Magalhães, juntamente com o seu Assessor de Planejamento Waldecy Pinto, ao Rio de Janeiro.<sup>15</sup> O Estudo Preliminar do Recife foi o 30º financiamento concedido pela autarquia,<sup>16</sup> e teve um custo de Cr\$ 258.861,11.<sup>17</sup>

O contexto da contratação atípico pode ser explicado pela pressa de tomada de decisões, pois o prefeito teria só dois anos de mandato e o plano deveria estar disponível em tempo hábil. A elaboração do EP foi suficiente para a administração municipal, não tendo, portanto, interessado também à administração seguinte, a confecção do PDLI.

A confecção do EP foi acompanhada por técnicos da Coordenação Regional do Recife e do SERFHAU do Rio de Janeiro. Em maio de 1970, Paulo Vaz, juntamente com os técnicos cariocas Geraldo Albuquerque e Otávio Vannini, verificou o “*andamento da implantação*” do plano, como está em nota do Diário Oficial.<sup>18</sup>

Foram feitos também, pelos técnicos do SERFHAU e da Prefeitura, dois seminários de acompanhamento do trabalho, tanto sob o ponto de vista técnico quanto do andamento e cumprimento do contrato. O primeiro Seminário foi realizado no dia 18 de julho, tendo sido promovido pela Assessoria de Planejamento da Prefeitura, e contou com a participação de técnicos da Prefeitura, do SERFHAU e da Empresa *Wit-Olaf Prochnik Arquitetura e Planejamento*.<sup>19</sup>

O segundo, denominado *Seminário de Avaliação do Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado do Recife*, foi realizado no dia 18 de dezembro de 1970 e marcou a entrega final do EP. Foi realizado no auditório da Escola de Administração e também contou com a participação dos técnicos do SERFHAU e da Empresa de Prochnik<sup>20</sup>. Assim, não houve uma aprovação pela Câmara de Vereadores para que se tornasse lei.

### **3. A Empresa Wit-Olaf Prochnik Arquitetura e Planejamento**

O funcionamento da Empresa de Prochnik<sup>21</sup> teve características diferentes, distribuídas em três períodos. A primeira fase é caracterizada pela predominância dos projetos de arquitetura. É iniciada a partir da fundação, ainda como escritório, no final da década de 1950, e vai até o início da década de 1970. A segunda fase foi marcada pela maior produção da empresa, principalmente na área de planejamento urbano. É a fase dos grandes projetos. Compreendeu a década de 1970. A terceira fase foi marcada pelo rompimento de Prochnik com o seu sócio, o advogado Ilhantino Monteiro Figueira que resultou na diminuição do volume de trabalho e compreendeu o período de 1979 a 1983.

A empresa de Prochnik estava organizada em dois departamentos: um de arquitetura e outro de planejamento urbano, cada um com um coordenador. Às vezes, uma mesma pessoa coordenava mais de um projeto. Mesmo assim, segundo seus colaboradores, todos os projetos tinham de passar pelo crivo de Prochnik, isto é, ele delegava, mas a palavra final era sua. Possuía também consultores particulares que contratava eventualmente. Assim, equipes de trabalho eram montadas e desmontadas de acordo com a demanda de serviços.

O corpo técnico do escritório era constituído por arquitetos, engenheiros, economistas, geógrafos, advogados e biblioteconomistas. O desenvolvimento dos projetos era feito na sede da empresa no rio de Janeiro. Havia, portanto representações em algumas cidades como: São Luís, São Paulo, Recife, Belém, Manaus e Brasília. Essas representações funcionavam mais como um apoio técnico para resolver pequenas questões ou servir como ponte entre as obras nas cidades distantes e a sede no Rio de Janeiro e, geralmente possuíam apenas um técnico que representava Prochnik em reuniões e na troca de informações com relação a pequenos problemas nas obras.<sup>22</sup> Essa informação não vale para o EP que, para a sua elaboração, teve um escritório local funcionando na própria Prefeitura.

Foram realizados por Prochnik projetos de arquitetura em áreas: industrial, hospitalar, escolar, comercial, residencial, de interiores, hotéis e paisagismo. No campo do planejamento: planos diretores de desenvolvimento regional,<sup>23</sup> plano de áreas e distritos industriais, planos de turismo, planos de centrais de abastecimento, planos de urbanização, planos e projetos de conjuntos habitacionais, planos de saúde e organização hospitalar, estudos de viabilidade técnica e econômica, estudos de transportes, estudos de trânsito, planos portuário, organização administrativa e projetos agrícolas.

Como um “*legítimo representante da melhor arquitetura moderna brasileira*”,<sup>24</sup> Prochnik transitou em diversas áreas da profissão. Desenhou objetos, como está publicada no artigo da revista *Arquitetura* “*Objetos produz objetos*”, e até uma cidade no interior do Maranhão chamada Guadalupe. A modernidade dele estava no pensamento de que o arquiteto tinha de dar conta de um simples objeto à complexidade de uma nova cidade. Como se cada artefato fosse uma engrenagem, uma peça de maquinaria, na qual o arquiteto devesse transitar do todo para as partes, e das partes para o todo, com a mesma desenvoltura.

A contribuição de Prochnik foi diversa e significativa, e merece um levantamento, estudo e análise mais aprofundados. Mas é possível concluir que a produção em arquitetura, predominante na década de 1960, se deve principalmente às escolas e às residências que projetou. A produção em planejamento urbano, iniciada na década de 1960, ganha um fôlego maior na década de 1970, ao mesmo tempo em que aumenta também o número de cidades contempladas por seus projetos, tendo feito, inclusive, planos para duas intervenções na Nigéria e no Senegal. Prochnik teve clientes em todo o país, mas sua produção se concentrou no Sudeste, Norte e Nordeste, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro, Recife e São Luís.

A relação profissional de Prochnik com o Recife começou ainda na década de 1950, quando este arquiteto trabalhava com Roberto Burle Marx e veio para o Recife em 1952 para acompanhar projetos de algumas praças para a cidade.<sup>25</sup>

Na década de 1960, voltou ao Recife diversas vezes. Em 1964, elaborou o projeto da *Escola Americana*, situada no bairro de Boa Viagem.<sup>26</sup> Em 1969, participou do concurso *Projetos para Revestimento dos Passeios Públicos da Cidade do Recife*<sup>27</sup> e da elaboração do *Sistema Básico de Circulação de Veículos*, em parceria com a Prefeitura do Recife e o Detran, esse fazendo parte dos estudos para a elaboração do EP.

Posteriormente à entrega do EP em 1970, ele ainda fez outros trabalhos para o Recife, como: o *Estudo de Transportes para o Grande Recife*<sup>28</sup>, elaborado em 1973, e nesse mesmo ano, participou da equipe vencedora da concorrência para a elaboração pelo *Plano Diretor de Suape*, a Transcon. Na década de 1970, Prochnik fez também uma proposta para um *Plano Preliminar de Valorização da Área Central de Recife*, em 1974, que não chegou a ser

desenvolvida; além da *Cidade Satélite para Suape*,<sup>29</sup> no ano de 1977, que talvez tenha sido um desdobramento ou complementação do *Plano Diretor de Suape*.

Desse modo, a presença e as contribuições de Prochnik para a cidade do Recife são significativas. A relação profissional desse arquiteto com o Recife o fez circular bastante pela cidade, trabalhar em diversos projetos, participar da formação do pensamento do planejamento urbano, na época, num período de aproximadamente 25 anos, iniciado ainda em 1952, quando não possuía a sua empresa de consultoria e prestava serviços a Burle Marx, e que durou até o fim da década de 1970. Isso confirma que não foi o acaso que o levou a elaborar o EP para o Recife. A vinda dele não foi uma surpresa, pois ele já participava do ambiente de planejamento urbano na cidade. Sua participação na elaboração dos planos e projetos contribuiu para as idéias de cidade que circulavam entre os urbanistas pernambucanos.

O EP, elaborado pela *Empresa de Consultoria Wit-Olaf Prochnik Arquitetura e Planejamento*, reuniu em seu diagnóstico os principais problemas da cidade e de sua área metropolitana, além de ter dimensionado e indicado sugestões para a etapa de elaboração das propostas para o PDLI, que não foi elaborado.

#### **4. Prochnik e o Estudo Preliminar do Recife**

A elaboração do EP contou com a participação de profissionais de diversas áreas, como: arquitetos, economistas, geógrafos, sociólogos e advogados. A equipe de trabalho era grande e multidisciplinar. Além do supervisor geral, Prochnik, o EP tinha três coordenadores: o urbanista Joel Ghivelder<sup>30</sup> como coordenador geral, o economista Paulo do Rego Monteiro Saboya como coordenador metodológico, e a geógrafa Anna Dias da Silva Carvalho como coordenadora dos estudos metropolitanos.

A essas coordenações vinculavam-se os quatro setores dos estudos temáticos setoriais: físico, social, econômico e institucional. O setor físico incluía os estudos específicos: metropolitano e de áreas verdes e paisagismo,<sup>31</sup> e foi coordenado por Frederico Rosa Borges de Holanda. Esse arquiteto foi também responsável pela representação gráfica do trabalho e pela gerência administrativa do escritório local. Sobre o funcionamento desse escritório local, ele afirmou:

*“Nós vínhamos pra cá e nós éramos um enclave na estrutura da prefeitura. Claro que as relações eram muito boas com todo o pessoal da prefeitura, com todo o apoio que a prefeitura nos deu não só físico, operacional, mas também de recursos humanos, de prestação de informações ao longo do plano não seria realizado (...) Então eu não tinha, por exemplo, como coordenador do setor físico, eu não tinha contato com outras coordenações de outros setores”* <sup>32</sup>.

Todos esses profissionais citados pertenciam à empresa de Prochnik. Entretanto, para a contemplação dos demais setores, outras empresas ou instituições foram sub-contratadas, como: a *Sociedade Pesquisas e Planejamento* (SPLAN), responsável pelo setor social e coordenada por José Arthur Rios; a *Assessores Técnicos Ltda.* (ASTEL) responsável pelo setor econômico e coordenado pelo economista João de Almeida Magalhães; e o IBAM, responsável pelo setor institucional e coordenado por Diogo Lordello de Mello.

A indicação ou escolha dos profissionais responsáveis pelos setores citados para trabalharem no EP foi feita por Prochnik, <sup>33</sup> o que não impediu que houvesse algumas sugestões de técnicos da Prefeitura, como a indicação da equipe que seria responsável pelo setor de economia e a equipe responsável pelo estudo das áreas verdes e paisagismo, como afirmou Waldecy Pinto em entrevista (3/5/2004):

*“Mas, por exemplo, a parte econômica e a parte de paisagismo, nós escolhemos as pessoas mais identificadas com o Recife. Para poder a coisa ser feita com mais rapidez. Porque se não conhecessem o Recife a coisa ia demorar muito então chamaram pessoas que conheciam o Recife”.*

A elaboração do EP foi baseada em *“coleta imediata de dados existentes ou de fácil apuração.”* <sup>34</sup> Por conta do curto prazo para a execução do EP, esses dados seriam complementados com algumas entrevistas. Na introdução do trabalho, o EP é tratado como algo *“invisível”*, como um *“acontecimento físico”*. Os eixos principais do trabalho são as questões local/regional e a institucional, ou seja, no estudo estariam previstas linhas de ação para intervenções que tentariam corrigir problemas na área administrativa da Prefeitura, de modo a preparar o Recife para estar à frente do processo de formalização da sua Área Metropolitana, a partir do diagnóstico das problemáticas local e regional. A questão institucional é colocada de forma que todos os setores deveriam contemplar um “estudo

específico” da questão metropolitana, como também incorporar o estudo do IBAM em cada setor, referente às suas problemáticas.

O EP consta de dois volumes e é dividido em capítulos: 1. Introdução, 2. Objetivos, 3. Metodologia, 4. Diagnósticos e Prognósticos, 5. Resumo das Conclusões e 6. Recomendações.

O capítulo que diz respeito ao diagnóstico e ao prognóstico das problemáticas da cidade é o mais importante. É nele que o trabalho está desenvolvido e são abordadas diversas temáticas, como pode ser constatado a partir de sua subdivisão: Recife Metropolitano, Aspectos Físicos, Evolução, Análise Demográfica, Aspectos Econômicos, Uso da Terra, Sistema Viário, Infra-estrutura Urbana, Transportes, Abastecimento Alimentar, Ensino, Saúde, Higiene, Habitação, Diversão e Cultura, Turismo, Áreas Verdes e Paisagismo, Área Metropolitana: Tendências e Hipóteses de Desenvolvimento, Aspectos Institucionais.

As principais temáticas desenvolvidas no diagnóstico e nas recomendações estão relacionadas ou gravitavam em torno de dados demográficos e estruturais ou da industrialização. Elas seguiam os eixos local e regional, ou a organização interna do espaço e da administração adequada do que seria a Área Metropolitana do Recife. A tônica do desenvolvimento dos diagnósticos e prognósticos era mostrar em que medida os aspectos tratados no diagnóstico da problemática da cidade tinham a ver com a estrutura administrativa da Prefeitura e como essa problemática estava relacionada com a região.

O Capítulo 6, Recomendações, é subdividido em: Nível Municipal, Nível Extra-municipal e Institucionalização do Sistema de Planejamento Metropolitano. Com exceção da temática institucional, as recomendações referentes às demais problemáticas se constituíam em resumos do diagnóstico.

Em anexo estão os 50 mapas e os 51 quadros comparativos onde foram analisados os dados das quatro temáticas setoriais. Cabe aqui destacar os 16 mapas que relacionam informações levantadas do Recife e de sua área metropolitana, como: Área Metropolitana do Recife, Densidades por Distrito, Densidade por Município, População Urbana e Rural, Valor da Produção Industrial e Agrícola, Áreas Urbanizadas, Sistema Viário, População de Cidades e Vilas, Crescimento Demográfico, Investimentos nos Projetos Industriais, Áreas e Incentivos

para Localização Industrial, Mão-de-Obra nos Projetos Industriais, Fluxo Diário de Passageiros em coletivos, Aspectos Físicos, Tendências de Desenvolvimento Físico, Hipótese de Desenvolvimento.

A metodologia usada na confecção do EP previa que os quatro setores contemplados estivessem integrados entre si, inclusive para que um estudo não interferisse negativamente em qualquer parte do estudo de um outro setor. Para a elaboração do estudo de cada setor, o método era o mesmo, em linhas gerais, para os quatro setores: levantamento da situação, análise, diagnóstico e proposições.

Mas, em que medida a metodologia praticada na elaboração do EP seguiu ou pôde ser confrontada com a metodologia preconizada pelo SERFHAU? Houve realmente uma tentativa de integração horizontal e vertical dos setores no EP? O EP, que era um dos instrumentos de planejamento do SERFHAU, alcançou o objetivo desejado que era o de oferecer um plano global, de diretrizes e estratégias, e de contemplar o setor institucional com ações setoriais no curto prazo?

Para tentar responder a essas questões, foram confrontadas as informações referentes à metodologia de planejamento preconizada pelo SERFHAU com a leitura e interpretação do EP.

A integração horizontal dos setores social, econômico, físico e institucional contemplava o Recife e sua área metropolitana. No estudo de todos esses setores, é possível vislumbrar o tratamento local e regional das questões, mas essa abordagem é feita de forma mais clara pelo setor social, que é uma coletânea de todos os dados demográficos existentes, relações e parâmetros, que em seus estudos forneceria subsídios para a elaboração dos estudos dos outros setores, principalmente por conta dos dados e da formação do “quadro social”.

O estudo dos setores, além de ter uma abordagem local-regional, também faz uma ligação da problemática em questão com o setor ou secretaria a que poderia estar vinculada, como, por exemplo: a problemática das áreas verdes e do paisagismo da cidade, associada aos aspectos administrativos e à estrutura interna do departamento de paisagismo da Prefeitura Municipal.

A análise econômica foi realizada visando propiciar um melhor conhecimento de evolução, estrutura, e dinâmica da economia metropolitana, identificando não só as forças de geração de seu crescimento e aquelas que o inibem, como os processos de inter-relacionamento econômico entre essa metrópole regional e a região em que ela se insere.

No setor físico, a questão regional é tratada em estudo específico referente à formação e futura institucionalização da Área Metropolitana do Recife. Mas questões como o sistema viário, o código de obras vigente e o uso do solo contemplaram somente o Recife, ou seja, a configuração da cidade é feita considerando dados da região, mas beneficia somente ao Recife.

O setor institucional também privilegiou a cena local. Há somente citações à área metropolitana, até mesmo porque o objetivo do estudo desse setor era o aumento da capacidade organizacional da Prefeitura para que essa tomasse a frente do processo de formalização da Região Metropolitana do Recife. Também foi estudada a problemática das competências entre Prefeitura e Estado.

Segundo a metodologia preconizada pelo SERFHAU, o setor institucional<sup>35</sup> deveria ser o único a ser atingido com propostas de ações no curto prazo (ver tabela 1). Então, o EP do Recife beneficiou esse setor com oito das quinze páginas das suas Recomendações. O estudo do setor institucional tinha como objetivo analisar a capacidade de prestação de serviços pela Prefeitura do Recife. Para isso foram identificados os principais problemas de funcionamento de sua administração, recomendada a modernização do sistema administrativo e formulada uma estratégia para a sua implementação. O setor institucional destaca-se não só pela sua abordagem, como também por preparar a municipalidade para assumir o processo de criação da Região Metropolitana do Recife, como está justificado nesta transcrição:

*“O aspecto administrativo assume, por isso mesmo, papel fundamental no planejamento e govêrno da Área Metropolitana (...) Uma visão prospectiva de toda a problemática das áreas metropolitanas torna imprescindível, como ponto de partida, resolver questões de ordem institucional e referentes à própria administração das mesmas (...) A problemática metropolitana envolve diretrizes básicas e em diferentes níveis, para o seu equacionamento: regional, local e institucional” (Prefeitura Municipal do Recife, 1970; p.4.39).*



Na integração vertical do EP, como indica a metodologia do SERFHAU, verifica-se, quanto ao planejamento regional, a tentativa de compatibilização de suas idéias com as do *IV Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste 1969/1973* da SUDENE. Nesse plano da SUDENE, existe uma idéia de que a industrialização seria “*o meio mais válido para promover o desenvolvimento regional*”, como também para superar os contrastes existentes entre as regiões brasileiras. Com isso, é citada em diversas passagens ao longo de todo o EP, a maneira como as suas concepções poderiam ser aplicadas no Recife, MetrÓpole Regional.

No EP, procurando demonstrar a maneira como as suas concepções poderiam ser aplicadas no Recife. As ressonâncias são muitas. A principal foi o reconhecimento, na idéia da industrialização e reabilitação da sua região fragilizada também como salvação do Recife que estava “saturado” ou “inchado”. A recomendação no EP da formação de pólos industriais em torno do Recife, incluía a indicação de transferência do Porto de Suape para o Cabo, que fica na região metropolitana.

Então se conclui que o EP contemplou os quatro setores estudados de maneira abrangente, que estavam integrados entre si e com o Plano Regional usado como estudo de caso e que teve o setor administrativo priorizado em sua análise e em suas recomendações. Essa constatação, na verdade, não foi nenhuma surpresa, já que, além de determinar a metodologia de trabalho como uma das condições para a liberação de financiamentos, acompanhava a execução e o andamento do estudo em seminários e visitas aos escritórios que elaboravam o EP.

A metodologia para a elaboração do EP atendeu às regras ou à cartilha preconizada pelo SERFHAU, na medida em que atendeu de maneira abrangente e genérica aos setores social, físico e econômico, enquanto estipulou medidas e ações referentes ao setor institucional, ao mesmo tempo em que integrava este último aos demais, sempre com uma abordagem que atingia a problemática em nível local e regional.

No entanto, o EP é um documento que apresenta não só uma obediência à metodologia do SERFHAU, mas também uma leitura de uma cidade. Nele, os problemas do Recife são apresentados como temáticas, com a leitura que é feita, na qual é mostrada uma visão, uma concepção de cidade por parte dos urbanistas, cujo principal foi Prochnik. Esses enunciados

representam a imagem que está dentro do EP, que é a leitura da própria imagem do Recife naquele momento.

---

<sup>1</sup> O SERFHAU foi criado em 1964, pela Lei nº 4.380 e estava vinculado ao Ministério do Planejamento até o Decreto nº 66.882, de 16 de julho de 1970, que o transferiu para o Ministério do Interior. Em 14 de janeiro de 1971, é aprovado um Regimento Provisório, em que a autarquia absorve as funções do Serviço Nacional dos Municípios (SENAM), e somente em 26 de maio de 1971 é aprovado o Regimento Interno do SERFHAU.

<sup>2</sup> A partir de sua regulamentação, o SERFHAU passou a ter como atribuições: levantamentos e pesquisas, proposição de normas, roteiros básicos e padrões para os planos; proposição de instrumentos jurídicos que visavam à implantação de uma política nacional de desenvolvimento local integrado; realização de estudo e análise de projetos e planos; orientação e assistência técnica às entidades ligadas ao planejamento local; promoção e treinamento de pessoal técnico especializado para o implemento do sistema Nacional de Desenvolvimento Local Integrado; coordenação das atividades de planejamento ligadas ao desenvolvimento local; difusão da técnica de planejamento por meio de coleta, reprodução, publicação e distribuição e divulgação de dados, planos, pesquisas, métodos e informes.

<sup>3</sup> SEMINÁRIO da Habitação e Reforma Urbana. In: Revista Arquitetura. Rio de Janeiro, nº 15, 9/1963.

<sup>4</sup> Harry James Cole nasceu em 1930, no Rio de Janeiro, e se formou pela Faculdade Nacional de Arquitetura, atual UFRJ, em 1954. No período de 1955/1957 fez o Curso de Especialização em Urbanismo no *Town Planning Department* da Universidade de Londres, onde, trabalhando no *London County Council*, conheceu o urbanista Percy Johnson-Marshall. Quando voltou ao Brasil, trabalhou no escritório de Lúcio Costa (1958/1961) na Nova Cap – Escritório de Urbanismo de Brasília. Após 1961, trabalhou como consultor e coordenador de vários trabalhos. Foi Membro do EPEA e consultor de Roberto Campos. Foi autor da seção urbana do Plano Decenal e do Plano de Desenvolvimento Estratégico.

<sup>5</sup> Sobre o trabalho, Cole (09/1965; p.12) declarou: *“Era urgente a realização de um conjunto de ‘idéias’ para orientar os programas e orçamentos municipais, no sentido de evitar os desperdícios e as soluções limitadas, propostas até aquele momento por falta de uma ‘visão de conjunto’, e sua conseqüente dinâmica de crescimento e expansão orientada no sentido de melhor aplicar os recursos da Municipalidade de Recife. (...) O mais importante não foi, talvez, a realização das diretrizes em si, mas a experiência adquirida por toda a equipe, e a constatação, três anos após a sua realização, da validade e comprovação de que a qualquer momento poderão ser implementadas, dado o seu caráter genérico e adaptável, dependendo exclusivamente das possibilidades materiais, tão escassas nesse período de adstringência econômica por que passa o país.”*

<sup>6</sup> Não foram encontrados os nomes e o tempo de atuação de outros Superintendentes. É provável que o primeiro tenha sido indicado por Sandra Cavalcanti e tenha ficado no cargo até a regulamentação da autarquia. Harry Cole seria o segundo, e Léo Serejo o terceiro e último.

<sup>7</sup> O urbanista Joel Guivelder foi coordenador do Estudo Preliminar para o Plano de Desenvolvimento Local Integrado do Recife (entrevista à autora enviada por e-mail em 21/12/2004).

<sup>8</sup> Percy Johnson-Marshall (1915-1993) nasceu em Ajmer, Índia. Estudou na *Liverpool University School of Architecture*, iniciando sua carreira de planejador em 1936. Em 1964 começou a ensinar *Urban Design and Regional Planning* na Universidade de Edimburgo, Escócia. Publicou o seu mais famoso livro *Rebuilding Cities* em 1966. Trabalhou para várias autoridades locais como: Cidade de *Coventry* (1938-1941) e Região da Grande Londres (1949-1959). Trabalhou também para o ministério do Planejamento da Grã-Bretanha (1948) e no planejamento e reconstrução de Burma (1945-1946). Foi diretor do Departamento de Desenvolvimento Urbano da Universidade de Edimburgo. Além de ter trabalhado para a prefeitura de Paris no projeto da área de *Les Halles*, participou do famoso Plano de *Islamabad* executado pelo governo do Paquistão, da reconstrução do Campus da Universidade de Edimburgo e do Plano de Desenvolvimento de Belfast (Irlanda do Norte).

<sup>9</sup> Entrevista da autora ao arquiteto Paulo Vaz, em 20/9/2004.

<sup>10</sup> O prefeito do Recife, Geraldo Magalhães, tomou posse em 1º de fevereiro de 1969.

<sup>11</sup> Wit-Olaf Prochnik nasceu em Lvov (hoje Lviw) República da Ucrânia, no dia 5 de fevereiro de 1929, vindo ao Brasil ainda criança. Teve sua formação de arquiteto na Faculdade Nacional de Arquitetura – Universidade do Brasil, em 1951, onde fez também o curso de urbanista no ano de 1955. Pertencia a associações técnicas, como o IAB-GB, IBAM e Urban Land Institute (Washington). Foi professor assistente da cadeira de arquitetura paisagista do Curso de Urbanismo da FNA e assistente de urbanismo da Universidade da Califórnia – Berkeley. Foi colaborador do escritório de Roberto Burle Max (1949/1955), consultor de urbanismo do IBAM (1956 – 74), chefe da seção de projetos do Departamento de Parques da Guanabara (1958), vice-presidente da Divisão de Planejamento do IAB (1964/1974). Morreu em 1983.

<sup>12</sup> Na época o Chefe do Escritório Técnico era Zenildo Caldas.

<sup>13</sup> Nenhuma fonte documental levantada explicita maiores detalhes sobre esse Plano.

<sup>14</sup> Artigos: “Arquiteto verá no Rio Plano Viário do Recife” (DO, 3/4/1969; p.65); “Assessor do Planejamento viajará ao Rio de Janeiro” (DO, 10/4/1969; p.77); “Assessor discute no Rio Plano de Desenvolvimento” (DO, 18/4/1969; p.102); “Vereadores têm explicações sobre Plano Diretor da PMR” (DO, 9/5/1969, p.); “Planejamento e Viação expõem programa de trabalho no Recife” (DO, 31/5/1969; p.221).

<sup>15</sup> Artigos: “Geraldo e SERFHAU assinam Plano de Desenvolvimento” (DO, 13/3/1970; p.1043) e “Geraldo Resolveu Assuntos No Rio e Retornou Ontem ao Recife” (DO, 20/3/1970; p.1063).

<sup>16</sup> Recife ganhou, também, um financiamento para um Cadastro Técnico Municipal, que custou Cr\$ 1.133.920,00 (valor não corrigido), e que foi concedido ainda no primeiro semestre de 1969 (MINTER, 1/1971; p.7-11).

<sup>17</sup> Valor não corrigido. Fonte: MINTER, 1/1971; p.7-11.

<sup>18</sup> Fonte: Diário Oficial do Recife, 20/5/1970.

<sup>19</sup> Participaram “DA PREFEITURA: arquitetos Waldecy Pinto, Assessor de Planejamento; Conceição Lafayete Domingues da Silva; Mitre Moura Amorim, Achiles Leal Wanderley, Letícia Alcântara, Ana Maria Lubambo, Teresa Uchoa de Queiroz e Gilda Coutinho Pina; assistente social Norma Cordeiro de Melo. DO SERFHAU: Arquiteto Paulo Godim Vaz de Oliveira, coordenador regional; Fernando Barbosa e Luiz Alves Soares. DE WIT-OLAF: Arquitetos Wit-olaf Prochnik, Joel Ghivelder, Frederico Holanda, Maria Cândida Pedrosa Campos, economista Vande Laje Magalhães, da Astel; geógrafa Anna Carvalho e o técnico em administração Carlos Magno Gonçalves do Instituto Brasileiro de Administração municipal” (DO, 18/7/1970; p.1394).

<sup>20</sup> Fonte: Diário Oficial do Recife de 18/7/1970; p.1394, de 16/12/1970; p.1883 e de 19/12/1970; p.1898.

<sup>21</sup> As informações referentes ao funcionamento do escritório de Wit-Olaf Prochnik foram obtidas a partir de entrevista com seu filho e ex-colaborador Victor Prochnik, além de alguns antigos relatórios do escritório.

<sup>22</sup> Entrevista da autora a Ismael Gouveia em 8/7/2005, que era representante da Empresa de Prochnik no Recife em meados da década de 1970.

<sup>23</sup> Exemplos: PDLI de Volta Redonda - RJ (1969); Plano Global da cidade de Fortaleza, Fortaleza – CE (1975); Plano de Transportes e de desenvolvimento de São Luís (Plano Diretor), São Luís – MA (1975); Plano Diretor de Niterói, Niterói – RJ (1977).

<sup>24</sup> Entrevista da autora a Frederico Holanda em 13/7/2004.

<sup>25</sup> Não foi possível identificar em quais dos projetos de praças para a cidade ele trabalhou.

<sup>26</sup> O arquiteto já havia feito outros trabalhos para o Consulado Americano no Rio de Janeiro, tendo, inclusive, recebido prêmio o do IAB por esse trabalho.

<sup>27</sup> O escritório de Wit-Olaf ficou classificado em 3º lugar. O concurso foi vencido pelo escritório de Harry Cole, o segundo lugar foi do arquiteto Geraldo Santana, o 4º do arquiteto Armando Holanda Cavalcanti e o 5º do arquiteto Alberto José de Souza (Diário Oficial do Recife, 2/12/1969; p.1).

<sup>28</sup> “A delimitação preliminar da área do Estudo empreendido no Grande Recife foi feita a nível municipal, com base no ‘Plano de Desenvolvimento Local Integrado’ da Prefeitura Municipal do Recife” (Prochnik, 1973; p.1.1).

<sup>29</sup> O trabalho compreendeu o dimensionamento e a elaboração de diretrizes urbanísticas do distrito industrial e das áreas de apoio habitacional, sendo incluídos serviços, transportes, recreação e lazer e todos os elementos essenciais ao estabelecimento de uma infra-estrutura.

<sup>30</sup> “Desde as pesquisas até as propostas finais, ele (o coordenador) era o responsável operacional pelo andamento do trabalho, além de também participar da parte conceitual, cumprimento de prazos, diálogo com a Prefeitura, interligação entre os setores, e que tais” Entrevista da autora a Joel Ghivelder enviada por e-mail em 23/12/2004.

<sup>31</sup> Este último foi elaborado pela PAISAGEM - Empreendimentos Paisagísticos e Florestais Ltda., coordenada por Fernando Chacel.

<sup>32</sup> Entrevista da autora a Frederico Holanda em 13/7/2004.

<sup>33</sup> Entrevista da autora a Joel Ghivelder enviada por e-mail em 21/12/2004.

<sup>34</sup> Foram usadas informações, dados e pesquisas, fornecidos pelas seguintes instituições: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (FUNDAJ), Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Pernambuco.

<sup>35</sup> O estudo feito pelo IBAM está dividido em quatro partes: diagnóstico, com a identificação dos problemas de funcionamento do sistema administrativo municipal; prognóstico, com a análise crítica e integrada dos problemas identificados; recomendações para a modernização do sistema administrativo; e institucionalização do sistema metropolitano de planejamento e execução de serviços.

## Bibliografia

- BRESCIANI, M. As sete portas da cidade. In: Revista Espaço e debates. São Paulo: Núcleo de estudos regionais e urbanos, ano XI, nº 34, 1991.
- CINTRA, A. Planejando as cidades: política ou não política. In: CINTRA, Antônio Otávio, HODDAD, Paulo Roberto. Dilemas do planejamento urbano e regional no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978.
- COLE, H Urbanização e desenvolvimento. In: Revista Arquitetura. Rio de Janeiro: nº 59, 5/1967.

- 
- \_\_\_\_ Conceitos de planejamento urbano em transformação. In: Revista Arquitetura. Rio de Janeiro, n° 39, 9/1965.
- \_\_\_\_ Uma política de desenvolvimento urbano o grande objetivo para 1966. In: Revista Arquitetura. Rio de Janeiro: n°46, 4/1966.
- \_\_\_\_ Desenvolvimento metropolitano integrado no Brasil. In: Ministério do Interior. Áreas metropolitanas e desenvolvimento integrado no Brasil. Rio de Janeiro: 1967.
- FELDMAN, S. O arranjo SERFHAU: assistência técnica aos municípios/órgãos de planejamento/empresa de engenharia consultiva. Salvador: Anais do XI Encontro Nacional ANPUR, CDROM, 2005.
- FERREIRA, F. Um roteiro de pesquisas para o planejamento urbano – I. In: Revista Arquitetura. Rio de Janeiro: n° 41, 11/1965.
- \_\_\_\_ Pesquisa e planejamento do desenvolvimento. In: Revista Arquitetura. Rio de Janeiro: n° 70, 4/1968.
- \_\_\_\_ Condições de vida e planejamento físico. Rio de Janeiro: Cadernos de Administração Pública – 66, Fundação Getúlio Vargas, 1966.
- LAMPARELLI, C. Metodologia do Planejamento Urbano. In: TOLEDO, Ana Helena Pompeu, CAVALCANTI, Marly. Planejamento urbano em debate. São Paulo: Editora Cortez & Moraes, 1978.
- LUCCHESI, M. Curam-se cidades. São Paulo: dissertação de mestrado – Universidade de São Paulo, 2004.
- MODESTO, H. Problemas de planejamento urbano. In: Revista Arquitetura. Rio de Janeiro: n° 72, 73, 6-7/1968.
- PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. Plano de Desenvolvimento Local Integrado – Estudo Preliminar. Recife: 1970.
- PROCHNIK, W. Plano Preliminar de valorização da área central de Recife (proposta). Rio de Janeiro: 1974.
- \_\_\_\_ Capacidade técnica e proposta de execução para a pré-qualificação e posterior classificação para realização dos estudos do complexo industrial de Suape em Pernambuco. Rio de Janeiro: 1973.
- \_\_\_\_ Estudo de transportes do grande Recife. Recife: SUDENE - Departamento de Transportes: 1973.

---

SALGUEIRO, H Da temática, dos autores e de suas idéias. In: Salgueiro, Heliana. Cidades capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

SCHMIDT, B. O estado e a política urbana no Brasil. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1983.

SUDENE. IV Plano diretor de desenvolvimento econômico e social do nordeste - 1969/1973. Recife: SUDENE – Divisão de Documentação, 1968.